

ROGÉRIO VIAL

**A PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS NOS PATRIMÔNIOS DOS
CAMPOS GERAIS (1846-1864)**

Irati
2014

ROGÉRIO VIAL

**A PARTICIPAÇÃO DOS ESCRAVOS NOS PATRIMÔNIOS DOS
CAMPOS GERAIS (1846-1864)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em História, Curso de
Pós-Graduação em História, Área de concentração
“História e Regiões”, da Universidade Estadual do
Centro-Oeste – UNICENTRO – PR.
Orientador: Prof. Dr. Fernando Franco Netto.

Irati
2014

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

V599p	<p>VIAL, Rogério. A participação dos escravos nos patrimônios dos Campos Gerais (1846-1864) / Rogério Vial. – Irati, PR : [s.n], 2014. 115p.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Pós-Graduação em História. Área de concentração História e Regiões, Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR. Orientador: Professor Dr. Fernando Franco Netto</p> <p>1. Paraná – província. 2. Escravidão. 3. Inventário – riqueza. 4. Economia. 5. Tráfego negreiro. 6. Dissertação – História. I. Franco Netto, Fernando. II. UNICENTRO. III. Título.</p> <p>CDD 20 ed. 981.62</p>
-------	--



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Área de Concentração - História e Regiões



TERMO DE APROVAÇÃO

Rogério Vial

“A Participação dos Escravos nos Patrimônios dos Campos Gerais (1846-1864)”

Dissertação aprovada em 10/03/2014, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima
Universidade Federal do Paraná
Titular

Dr. Clárcio Ivan Schneider
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Dr. Fernando Franco Netto
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati - PR
2014

Para Dona Izelde Rosset Vial
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Primeiro quero agradecer a Deus, Alá, Javé ou qualquer outro nome possível que acreditamos reger o universo, pois mesmo sem crer na existência de um Deus, nos momentos difíceis recorremos a essa força universal.

Quero agradecer meu orientador, Dr. Fernando Franco Netto, pelas orientações, conselhos, viagens de estudo e congressos, mas em especial pela paciência e calma, da qual me dava forças pra continuar, sem ele mesmo saber.

Não posso deixar de agradecer minha família, a minha preciosidade, minha filha Naiara, a qual não gostou de saber que seu pai havia sido aceito no mestrado, pois temia ficar sozinha à noite, ou na casa de meu pai e minha irmã. A minha esposa Iracilde, ou simplesmente Tide, da qual busquei forças como um soldado sedento em pleno deserto, e, como um oásis, me recompensava nas vezes que eu bebia. Ao meu gato Godofredo, animal de estimação que eu o invejava, pois enquanto eu escrevia, ele ao meu lado dormia.

Ao meu pai Egídio, por tantas coisas que aqui certamente não cabem, pois faltaria papel para externar meu respeito e gratidão. A minha irmã e meus sobrinhos também cabem aqui.

Aos meus colegas de mestrado, pelas tardes chuvosas ou ensolaradas que enfrentamos durante dois semestres. A escrita do texto foi a mais solitária possível, e vocês fizeram falta.

A minhas amigas Karoline Fin pela força quando buscava minha vaga e em especial a Vanessa Cristina Chucailo, guardiã, ouvinte, orientadora, amiga e fonte de forças nos momentos difíceis. Agradeço em especial.

Aos meus professores, em especial a Dra. Beatriz Anselmo Olinto e Dra. Márcia Tembil, as quais me possibilitaram lançar novos olhares para a história, e ao professor Dr. Clárcio Ivan Schneider, o qual me ensinou a ver as possibilidades de pesquisas nos meus textos e dos meus colegas, e hoje, uso seus ensinamentos para auxiliar outros que querem entrar nesse desafio.

Não posso deixar de lembrar-se dos meus professores de graduação, Professora Dulce Tonet Estacheski, a qual me inspirou a buscar meus objetivos. Ao professor Dr. Ilton César Martins, pela orientação ainda no projeto de pesquisa e com a ajuda nas fontes.

A importância que representam no dia de hoje é imensa, portanto não posso deixar de agradecer novamente ao professor Dr. Clárcio, e ao Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima deixo aqui minha admiração pelos seus estudos, textos e livros sobre escravidão. Meu respeito e minha eterna gratidão aos dois.

A CAPES que financiou parte dessa pesquisa.

Cemitério de campanha

*Cemitério de campanha,/Rebanho negro de cruzes
Onde à noite estranhas luzes/Fogoneiam tristemente
Até o próprio gado sente/No teu mistério profundo
Que és um pedaço de mundo/No outro mundo diferente.*

*Pouso certo dos humanos/Fim de calvário terreno,
Onde o grande e o pequeno/Se irmanam num mundo só.
E onde os suspiros de dó/De nada significam
Porque em ti os viventes ficam/Diluídos no mesmo pó.*

*Até o ar que tu respiras/Morno, tristonho e pesado,
Tem um cheiro de passado/Que foi e não volta mais.
A tua voz, são os ais/Do vento choramingando
Eternamente rezando/Gauchescos funerais.*

*Coroas, tocos de velas/De pavios enegrecidos
Que em Terços mal concorridos/Foram-se queimando a meio
Cruzes de aspecto feio/De alguém que viveu penando
E depois de andar rolando/Retorna ao chão de onde veio.*

*Mas que importa a diferença/Entre uma cruz falquejada
E a tumba marmorizada/De quem viveu na opulência?
Que importa a cruz da indigência/A quem já não vive mais,
Se somos todos iguais/Depois da existência?*

*Que importa a coroa fina/E a vela de esparmacete?
Se entre os varais do teu brete/Nada mais tem importância?
Um patrão, um peão de estância/Um doutor, uma donzela?
Tudo, tudo se nivela/Pela insignificância.*

*Por isso quando me apeio/Num cemitério campeiro
Eu sempre rezo primeiro/Junto a cruz sem inscrição,
Pois na cruz feita a facão/Que terra a dentro se some
Vejo os gaúchos sem nome/Que domaram este Chão.*

*E compreendo, cemitério,/Que és a última parada
Na indevassável estrada/Que ao além mundo conduz
E aqueces na mesma luz/Aqueles que não tiveram
E aqueles que não quiseram/No seu jazigo uma Cruz.*

*E visito, de um por um,/No silêncio, triste e calmo,
Desde a cruz de meio palmo/Ao mais rico mausoléu,
Depois, botando o chapéu/Me afasto, pensando a esmo:
Será que alguém fará o mesmo/Quando eu for tropear no Céu???*

Jayme Caetano Braun

RESUMO

A pesquisa se alicerça no estudo dos inventários *post-mortem* do Museu do Tropeiro de Castro, no Paraná. O objetivo é analisar esses documentos e a partir daí obter informações que demonstrem o valor atribuído aos escravos e a sua importância na composição da riqueza expressa nos inventários. Isso demonstrará como a economia do Paraná, e dos Campos Gerais estava integrada ao sistema comercial do Império. Para se chegar a esta resposta, é necessária a construção de um diálogo entre outros fatores, como o fim do tráfico negreiro transatlântico, a dinâmica comercial envolta ao café e a mineração de ouro e o tropeirismo. Esse, aliás, aparece como o fator de ligação da economia sulina com os interesses comerciais de São Paulo e Minas Gerais, fator de integração que permeia a sociedade dos Campos Gerais. Tendo em foco a historiografia da economia, não é descartada a utilização e a leitura de outros materiais que possam auxiliar a pesquisa.

Palavras-chave: Paraná provincial. Riqueza. Escravidão.

ABSTRACT

The research is grounded in the study of *post-mortem* inventories of the Drover de Castro Museum, the Paraná. The aim is to analyze these documents and from there information that demonstrate the value assigned to slaves and their importance in the composition of wealth expressed in inventories. This will demonstrate how the economy of Paraná and Minas fields was integrated into the trading system of the Empire. To get to this answer, is necessary to build a dialogue between other factors, as the end of the transatlantic slave trade, the business dynamics wrapped coffee and gold mining and tropeirismo. This, incidentally, appears as the connecting factor of the southern economy and the commercial interests of São Paulo and Minas Gerais, integrating factor that permeates society Campos Gerais. Having focused on the historiography of the economy, is not ruled out the use and reading of other materials that can assist research.

Keywords: Paraná province. Wealth. Slavery.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Áreas de distribuição do trabalho tropeiro	35
Mapa 2 -	Rota dos tropeiros	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição de inventários por sexo	80
Gráfico 2 -	Divisão dos escravos por sexo	82
Gráfico 3 -	Escravos por idade nos Campos Gerais	83
Gráfico 4 -	Evolução do valor do escravo perfil nos inventários entre 1846-1864	87
Gráfico 5 -	Valor das vacas soltas e mulas mansas encontradas no rol de inventários entre 1846 e 1853	88
Gráfico 6 -	Evolução do valor do escravo perfil nos inventários <i>post-mortem</i> entre 1846 a 1864	96
Gráfico 7 -	Evolução do valor das vacas soltas e as mulas mansas nos inventários entre 1846 e 1864 em mil Réis	97
Gráfico 8 -	Evolução da participação do escravo na composição da riqueza nos inventários <i>post-mortem</i>	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Atividades econômicas verificadas nos inventários	24
Tabela 2 -	População do Termo de Castro por sexo, idade, estado civil e cor	40
Tabela 3 -	Números e composição da população na Província do Paraná.....	45
Tabela 4 -	População do Paraná entre 1798 e 1874.....	71
Tabela 5 -	Relativo ao número de inventários com escravos.....	73
Tabela 6 -	Valor Médio atribuído por individuo perfil	86
Tabela 7 -	Média de valores de vacas soltas e mulas mansas encontradas no rol de inventários	87

SUMÁRIO

Lista de Mapas	08
Listas de Gráficos	09
Lista de Tabelas	10
Introdução	12
Capítulo 1	
A OCUPAÇÃO LUSA DOS CAMPOS GERAIS E A DINÂMICA ECONÔMICA ESCRAVISTA ENVOLTA AO TROPEIRISMO	28
1.1 A formação dos Campos Gerais e sua função na dinâmica	28
1.2 Castro e os Campos Gerais: População, brancos e não brancos	39
1.3 Os Campos Gerais como local de concentração de escravos	44
Capítulo 2	
OS INVENTÁRIOS E SEUS ESCRAVOS	51
2.1 Os inventários <i>post-mortem</i> como fontes de pesquisa	51
2.2 A propriedade de escravos e a estrutura de posse	67
Capítulo 3	
DUAS FACES DA MESMA MOEDA	84
3.1 De 1846 à 1852; estabilidade no valor atribuído ao escravo	84
3.2 De 1853 à 1864; alta vertiginosa e decadência	96
Considerações Finais	108
Referências e fontes	111

Introdução

A pesquisa tem como fonte principal os inventários *post-mortem*, documentos inestimáveis de informações sobre os bens e costumes de populações passadas. Os diversos conteúdos descritos nos processos dão subsídios suficientes para o desenvolvimento de importantes estudos em áreas como a Demografia, Economia, História e Sociologia. Estes documentos retratam a vida material e imaterial de populações que compunham as mais diversas classes sociais. Quem houvesse minimamente algo estaria relatado nos inventários *post-mortem*.

Conhecer a sociedade e as pessoas que deixaram esses relatos apenas por eles, sem outro tipo de aporte, é no mínimo imprudente, pois bem se sabe que uma parte dessa sociedade não estava amparada por esse tipo de ferramenta jurídica ou quem não possuísse bens a inventariar estaria completamente de fora dessa seleção. A própria comparação simples apenas por esse tipo de fonte delimitaria a pesquisa. Dessa forma, se busca construir uma pesquisa aparada em métodos ligados a História Econômica, pois essa metodologia parece mais aplicável ao objetivo do estudo, no entanto, não será abandonada a escrita leve e objetiva.

Deseja-se encontrar nos inventários *post-mortem* o escravo em todas as suas maneiras. No entanto aqui ele terá valor como mercadoria, apesar do reconhecimento como parte importante no processo de formação da sociedade brasileira e dos Campos Gerais ¹. Outros apontamentos poderão ser realizados em outras pesquisas, nesta o objetivo delimita a participação do escravo apenas como um produto comercial, algo que representava riqueza e poderia ser negociado, ganhava e perdia valor, dependendo da dinâmica econômica dominante.

Porém, e é importante destacar, que foram encontrados casos interessantes como o de Ana Luiza da Silva ², rica proprietária rural dos Campos Gerais a qual teve uma partilha amigável de bens conforme ela desejou em seu testamento, mas também casos como o de Floriana Preta Fora que possuía poucos bens, e mesmo assim foram objetos de disputa judicial. O que falar do Tenente Antônio Fogaça de Sousa que solteiro e sem herdeiros

¹ A expressão "Campos Gerais do Paraná" foi consagrada por Reinhard Maack, que a definiu como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária. Ver: MAACK, Reinhard. *Geografia física do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

² Os inventários *post-mortem* estudados nessa pesquisa encontram-se no Museu do Tropeiro em Castro –PR.

diretos, optou por deixar através de seu testamento seus escravos como herdeiros de seus bens?

Possuir alguns bens sejam eles poucos, velhos ou toscos, ou, em especial, algum escravo velho, já consistia em possuir algo que resultasse algum tipo de partilha. Dentro desse aspecto é possível constatar que quanto mais antigos os inventários e testamentos, mais cheios de descrições e detalhes acerca dos bens possuídos, dos costumes e das condições de vida das famílias as quais dizem respeito, sendo possível reconstruir toda uma época passada. Dados constantes nesses documentos revelam atos sociais, costumes, vida econômica, enfim, uma gama de possibilidade que permitem estudar sociedades e populações no passar dos tempos.

À luz que se irradia dessas laudas amarelecidas pelos anos e rendadas pelas traças, vemo-las surgirem vagarosamente do fundo indeciso do passado e fixarem-se nas encostas vermelhas da colina fundamental, as casas primitivas de taipa de mão e de pilão. [...] É o sítio da roça, que aparece [...]; as palhoças de agregados e escravos; os algodoads pintalgados de branco; o verde anêmico dos canaviais, em contraste com o verde robusto e lustroso da mata convizinha [...]. (ALCÂNTARA MACHADO, 1943, p. 23).

A poética usada por José de Alcântara Machado não é mera citação, pois o documento permite reflorescer aspectos sociais da vida cotidiana das pessoas reunidas entorno do inventário. De lá podem surgir informações importantes que revelam uma sociedade que nem sempre é visitada pela história. História essa que passa pela pelos simples aspectos e vultos escondidos dentro dos mais simples e comuns documentos que foram deixados como herança histórica.

Os Inventários e Testamentos são documentos da maior valia como fontes históricas. Aparentemente simples documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico, quando bem analisados, mostram, ou deixam transparecer, informações de ordem social, econômica, cultural, educacional, religiosa, política e administrativa (FLEXOR, 1982. p. 56).

Geralmente a organização dos inventários inicia com o nome do inventariado, nome do inventariante, título de herdeiros e lista de avaliadores. Em seguida aparece a lista de bens e seus valores. Na maioria das vezes o inventário vem com cada grupo de bens separados, animais, bens de raiz (imóveis), semoventes (escravos), entre outros. No entanto podem ser encontrados diversos tipos de organização, alguns em que os bens estão mistos, outros separados em grupos ainda mais restritos podendo conter mercadorias, ouro, prata e até móveis e utensílios.

Sabe-se que os inventários não eram obrigatórios e ocorriam quando havia menores como herdeiros e/ou bens suficientes para uma disputa da partilha, “Os Inventários eram feitos quando existiam órfãos menores e bens a serem partilhados e podiam, ou não, incluir o Testamento” (FLEXOR, 1982, p. 52). Mesmo assim encontramos inventários com bens irrisórios, envolto em disputas ou ajustes econômicos, ou mesmo a situação pessoal do inventariado que por vezes era sozinho e não possuía lista de herdeiros, acontecimento este que em geral consistia na avaliação e no leilão dos referidos bens.

Um aspecto importante que em geral passa despercebido pelos pesquisadores que utilizam deste tipo de fonte é a lista de avaliadores. Seria saboroso abordar e cruzar suas avaliações durante a pesquisa buscando caracterizar também esses agentes históricos que por vezes são ignorados. No entanto, nessa pesquisa isso não será possível. A pesquisa nos inventários *post-mortem* consegue trazer a tona aspectos sociais que por vezes não são encontrados em outros documentos.

O Inventário de Ana do Espírito Santo, datado de 1846 demonstra uma amplitude de bens materiais:

[...] Bens de raiz.

A casa do sítio no bairro das Furnas com suas benfeitorias avaliada em 50\$000. Os campos e terras lavradas avaliados em 130\$000. Duas partes de campos e terras lavradas no Bairro dos Lopes avaliadas em 64\$000. Uma parte de campos e matos na Jararaca avaliada em 40\$000. Uma parte de campos e matos no bairro das Pedras na Boa Vista avaliada em 200\$000. Um potreiro para dentro do Piray avaliado em 50\$000. Uma parte de campos e matos avaliada em 50\$000.

Escravos.

Um escravo crioulo de nome Candido com 40 anos avaliado em 400\$000. Um escravo cabra de nome André com 25 anos avaliado em 550\$000. Um escravo de nação de nome Paulo com 50 anos avaliado em 200\$000. Uma escrava crioula de nome Claudina com 18 anos avaliada em 600\$000. Uma escrava crioula de nome Jacinta com 40 anos avaliada em 270\$000. Uma escrava crioula de nome Maria com 60 anos avaliada em 60\$000.

Prata

Um peitoral aparelhado de prata avaliado em 30\$000. Um par de estribos de prata avaliados em 60\$000. Um freio de prata com chapeado e rédeas avaliado em 60\$000. Um par de esporas de prata avaliadas em 9\$400. Uma sela velha com manta e rabicho avaliada em 7\$000.

Trastes

Um caldeirão de ferro avaliado em 2\$560. Dois caldeirões menores avaliados em 2\$560. Uma enxó chata avaliada em 1\$000. Uma enxó goiva usada avaliada em \$640. Duas foices usadas avaliadas em 1\$280. Três enxadas usadas avaliadas em \$960. Uma chaleira avaliada em \$600. Uma espingarda fulminante avaliada em 4\$000. Uma balança com conchas de folha avaliada em \$800. Uma chocolateira avaliada em \$640. Um par de canastras avaliadas em 6\$000. Um vestido e mantilha de cetim avaliado em

6\$400. Quatro catres usados avaliados em 1\$600. Uma mesa com gaveta avaliada em 1\$000. Dois bancos avaliados em \$480.

Animais

Cento e quarenta e seis bestas xucras, cada uma avaliada em 14\$000, somando 2:044\$000. Vinte bestas mansas, cada uma avaliada em 19\$000, somando 380\$000. Treze cavalos mansos idosos, cada um avaliado em 11\$000, somando 143\$000. Três potros de dois anos, cada um avaliado em 6\$000, somando 18\$000. Duas bestas de dois anos, cada uma avaliada em 10\$000, somando 20\$000. Um pastor velho avaliado em 4\$000. Duas bestas de três anos crioulas, cada uma avaliada em 14\$000, somando 28\$000. Seis bestas de ano crioulas, cada uma avaliada em 6\$400, somando 38\$000. Cinquenta e sete potros colônia, cada um avaliado em 10\$000, somando 570\$000. Cinco potros de ano crioulos, cada um avaliado em 4\$000, somando 20\$000. Quatro potrancas de ano crioulas, cada uma avaliada em 4\$000, somando 16\$000. Uma égua com cria de burro avaliada em 10\$000. Duas éguas com cria de cavalo, cada uma avaliada em 8\$000, somando 16\$000. Vinte e quatro éguas solteiras, cada uma avaliada em 6\$000, somando 144\$000.

Gado

Duas vacas com crias de ano, cada uma avaliada em 11\$000, somando 22\$000. Um boi de dois anos avaliado em 6\$000. Três vacas solteiras, cada uma avaliada em 7\$000, somando 21\$000.

Monte-mor: 6:479\$960

Esta relação de bens traz diversos itens. Os escravos nesse inventário representam pouco mais de 32% do montante dos valores totais. Porém revelam diversos aspectos da vida da sua proprietária. Oito vacas, 269 cavalares, uma pequena quantidade de prata, seis escravos e bens de raiz que não dariam valor suficiente para comprar sua escrava mais cara.

Quão rico poderia ser o inventário se acompanhado por um testamento? A pesquisa teve a sorte de encontrar dentro de alguns processos de inventários algum tipo de testamento. Além de encontrar vontades e desejos de seus testadores e também como esses concebiam a chegada da morte, foi possível encontrar a religiosidade, o temor a Deus, as disputas internas e as relações de poder entre diversos agentes. Relações entre senhores e escravos, relação com a Igreja, com sua fé, com o apego aos bens e com a destinação de bens considerados importantes para quem realmente lhes mereça a fim de tomar conta e cuidá-lo de maneira que mantenha viva a memória ou a afeição de seu dono testamentário.

Ao comparar testamentos e inventários, os primeiros parecem mais atrativos, porém se engana quem pensa assim. O inventário contém características que por vezes não aparecem no testamento, e em hipótese alguma é menos interessante em conteúdo. Tanto os testamentos como os inventários se mostram como fontes limitadas, pois não contemplam toda a população, no entanto fornecem uma grande quantidade de informações sobre a sociedade em que foram constituídos esses documentos.

Não obstante, entende-se que os inventários selecionados para a pesquisa, a partir de 1846, estão repletos de informações das famílias e assim permitem vislumbrar detalhes do cotidiano, da dinâmica de vida, da economia e das relações de poder dos habitantes de Castro e dos Campos Gerais. Uma área ampla de economia alicerçada no comércio de gado entre o sul e as áreas produtoras de café da Província de São Paulo. Pode-se ainda encontrar aspectos familiares como organização, lugar social de crianças e mulheres, possíveis agregados, a nuclearização da família, enfim, uma infinidade de combinações, ações e reações dentro do bojo familiar dessa peculiar e interessante sociedade dos Campos Gerais.

Dos testamentos que foram encontrados em Castro é possível notar que as vontades de seus testadores estão presentes e demonstram as relações de poder que estavam presentes nos espaços destes. Em muitos inventários não há registro de testamentos, portanto, os que contam com esse artifício possibilitam uma análise ampla da sociedade numa proposta de História Cultural. Podem-se encontrar aspectos como as vontades do testador sobre seu funeral, sua filiação e naturalidade, estado civil, filhos, entre outros. Também existem testamentos que dão liberdade aos escravos, no entanto exigem deste um tipo de serviço que pode ser em trabalho ou em filhos escravos.

É possível encontrar inventários que parecem menos importantes, sem qualquer quantia de terras, prata e gado. Porém são atraentes no conjunto da fonte, dando possibilidades de interpretação social muito clara. Pequenas quantias que eram disputadas após a morte dos proprietários. Um dos inventários que chama a atenção é de Floriana preta, forra. Falecida, teve seus bens leiloados, porém até seu leilão houve diversos procedimentos que determinaram o leilão de seus bens. De início, parte dos bens estava de posse do preto José pedreiro e do escravo Salvador. O inventariante reclama os bens para que sejam, conforme a lei, leiloados e os recursos arrecadados destinados a Fazenda Provincial. No entanto, José pedreiro reluta na entrega dos bens que alega ter obtido quando estava, provavelmente, amasiado com Floriana, e que havia adquirido aqueles bens sem auxílio dela, já que a mesma se encontrava doente e pouco lhe ajudava. A falecida ainda havia lhe deixado dívidas que ele teve que pagar. Depois desta declaração de José, o inventariante Olivério Antonio Luiz de Mattos declara que Floriana era sua escrava e que não deixava dívidas, pois era “muito verdadeira e segura com seus pequenos negócios”³. Alega também que a dívida em fazendas que José apresenta, ele as fez com tecidos que deu a outra mulher de nome Maria com quem José “já tinha amizade” e que no dia da declaração, vivia com o mesmo. O

³ Museu do Tropeiro, Fundo Inventários, 1851-1860. Inventário de Floriana preta, forra.

prosseguimento do processo indica que a decisão havia sido pelo recolhimento dos bens e posterior leilão. No entanto, José, ainda descontente com a decisão da Justiça, solicita que os bens fiquem em seu poder, pois se sente “gravemente prejudicado” com a decisão. Porém, ao que indica uma nota constante no inventário, os bens semoventes foram a leilão e Francisco de Assis os arrematou pela quantia de 37\$000. Não há menção neste documento referente a um possível leilão da casa. Os bens avaliados que pertenciam a Floriana preta, forra eram:

Semoventes: Dois potros, cada um avaliado em 8\$000, somando 16\$000. Uma égua oveira com cria avaliada em 8\$000. Uma égua rosilha velha avaliada em 6\$000. Uma égua rosilha solta avaliada em 4\$000. Bens de raiz: Uma morada de casas e terrenos situada na Rua das Tropas avaliada em 100\$000.

Nota-se que Floriana e José pedreiro deveriam ter tido um romance, chegando a viver juntos por um tempo. Porém, provavelmente pelo adoecimento da mesma, José acabou por largá-la e começou a viver com outra preta, Maria. Neste pequeno inventário é possível descobrir uma relação de convívio que resultou na posse de alguns poucos bens, que provavelmente foram adquiridos por Floriana, mas que José, com a morte desta, se apoderou sem direito.

Também é possível encontrar vestígios de uma relação entre um homem e uma mulher que deixou de existir, e uma terceira pessoa, Maria, a qual passou a conviver com José, mas que já mantinha um relacionamento com o mesmo antes da morte de Floriana. É possível abordar, com o auxílio de outras fontes, as relações de matrimônio que permeavam o cotidiano das pessoas comuns de Castro. Os ajustes que se faziam dentro deste espaço, e como o casamento poderia determinar as relações sociais para estes indivíduos. As fronteiras do casamento ou da vivência matrimonial parecem diluídas quando algo relacionado à saúde de um dos membros da relação está debilitada. O conviver, o morar, estava ligado também a uma provável possibilidade de ganho econômico que aparecia nos bens adquiridos. Porém, nota-se que José usa de táticas como a apresentação de notas de compra de tecidos e fazendas, alegando que foram adquiridas pela falecida Florinda. Uma artimanha que o declarante buscou empregar dentro da estrutura jurídica que lhe força a devolução dos bens. Algo que Certeau (1994, p. 44) aponta como “golpes do fraco contra o forte”, seriam “maneiras de o fraco tirar partido do forte”. Assim José usa deste método a fim de manter os bens em seu poder.

Mesmo com as possibilidades apresentadas até aqui, essa pesquisa se dispõe a compreender a participação do escravo na composição da riqueza nos Campos Gerais do

Paraná entre os anos de 1846 e 1864. Pela dificuldade encontrada em manusear as fontes, o recorte aparece pequeno, porém consegue apontar dois períodos em que o elemento escravo estava inserido. O primeiro é durante o fim do tráfico que ocorre plenamente conforme alguns historiadores, em 1855, mas que age durante anos sobre a sociedade de Castro e dos Campos Gerais. Neste primeiro período, o valor atribuído ao escravo sobe, chegando a patamares altíssimos no final da década de 1850. Em seguida, depois de uma breve estabilidade, seu valor e seu preço começam a desvalorizar, perdendo importância na composição da riqueza dentro dos inventários.

Essa participação do escravo se dá no âmbito de um aspecto delimitado, o inventário *post-mortem*. Embora o curso de mestrado em História, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), proponha como linha de pesquisa, “Regiões: práticas socioculturais e relações de poder”, a qual levaria qualquer pesquisador a navegar pela produção teórico-metodológica da História Cultural, aqui se entende que a História Econômica contempla esses espaços. Opta-se por escolher a região territorial para a atual pesquisa, delimitando os Campos Gerais como a região contemplada. A região geográfica que desenvolve essa atividade, é também o local que cria suas próprias regiões internas e transfere o elemento escravo e a riqueza para dentro do inventário, deixando a margem das fronteiras criadas por este, todos os outros que assim são diferentes.

Ao leitor e pesquisador que se utilizará deste texto, cabe alertar para a forma de construção do texto. Aqui não se expõe razões, teorias ou métodos que explicitem a Região, as práticas socioculturais e as relações de poder. A análise realizada propõe um caminho diferente, a percepção destes ditames de maneira diversa, buscando entender o processo como prática sociocultural e econômica, que determina as relações de poder na sociedade dos Campos Gerais que está envolta a dinâmica tropeira.

A dissertação, a partir da proposta de estudar a importância do escravo na composição da riqueza nos inventários das famílias de Castro e dos Campos Gerais, ganhou o título de *A participação dos Escravos nos Patrimônios dos Campos Gerais (1846-1864)*. Sendo assim o leitor encontrará uma pesquisa com bases na História Econômica que pretende responder questões sobre a escravidão e riqueza nos Campos Gerais do Paraná num momento em que o país se prepara para abolir o trabalho escravo, e o seu passo inicial é o fim do tráfico negreiro pelo Atlântico. Como essas ações ganham importância na sociedade do Paraná? Qual a participação do escravo na composição da riqueza dos homens e mulheres dos Campos Gerais? E, por fim, como essas ações refletiram na sociedade, oportunizando mais recursos financeiros, ou levando a queda do preço e do número de escravos na região?

Para responder essas questões dividiu-se o trabalho em três capítulos, cada qual com uma característica e um momento econômico e social que direcionou a utilização dos escravos na sociedade dos Campos Gerais.

O primeiro capítulo aborda a ocupação lusa nos Campos Gerais e como a sociedade de então se formou, se articulou, econômica e socialmente com o restante da Colônia e posteriormente do Império. Essa articulação se deu em especial através do tropeirismo que foi muito além de um simples sistema de compra e venda de gado entre as regiões meridionais do Império e as regiões consumidoras do centro. O tropeirismo representou muito mais que isso, servindo como meio de ligação social, cultural e econômica para diversas regiões do território português. O Rio Grande do Sul ou as terras mais meridionais do território viviam em profundo isolamento até 1730. As vias de ligação entre a província de São Pedro do Rio Grande se davam pela navegação costeira entre o sul e as regiões do Rio de Janeiro e Salvador. A abertura da estrada de Viamão que ligava essa vila até Sorocaba, centro de venda de bovinos e muares, representou a primeira ligação direta entre as regiões meridionais e o centro da Colônia. Essa estrada foi o fio condutor de mercadorias e de informações. Nas suas margens surgiram vilas e cidades que naquela época eram apenas pontos de apoio à empreitada tropeira. Com o passar dos tempos, esses locais foram adquirindo aspectos de vilas e também recebendo outros moradores que desenvolveram as mais variadas atividades econômicas. Enfim, o tropeirismo foi o sistema que auxiliou a integração interiorana da Colônia, sendo também disseminador de informações, cultura e aspectos econômicos.

Nesse contexto surge Castro, a principal vila e cidade da região, no século XIX. Utilizando os registros de viagem do francês Saint-Hilaire busca-se reconstituir a região dos Campos Gerais naquele período. Sabe-se que isso é quase impossível, pois as mudanças na paisagem e nos meios de transportes são fortes ao ponto de deixar qualquer experiente viajante perdido. No entanto, pelo próprio desenvolvimento econômico e a atividade tropeira que trilhou os caminhos da região, pode-se através das palavras de Saint-Hilaire, refazer um pouco do que seria Castro e seus campos no século XIX.

É interessante observar que Saint-Hilaire esteve nos Campos Gerais depois de noventa anos transcorridos da abertura do caminho das tropas, época em que o tropeirismo já estava consolidado na região. E desde a abertura desta via de ligação, a região dos Campos Gerais constituiu-se como uma importante área na expansão da Colônia Lusitana da América. Sabe-se que a região começa a ser povoada após a primeira concessão de sesmaria em 1704, cedida ao Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida. Assim surge um ponto de apoio à uma rota comercial. Essa rota é aberta entre 1728 e 1730, o caminho de Viamão que liga o sul da

colônia portuguesa com os centros de comércio de gado, em especial Sorocaba. Com isso a região dos Campos Gerais se firmam como uma zona intermediária entre a criação e o comércio de gado. É nessa região que a doma e a engorda são feitas e agregam valor aos animais vindos do sul.

Alguns historiadores, entre eles Octávio Ianni (1988) afirmam que a região dos Campos Gerais se dedicava a três atividades principais, a agricultura, a pecuária e ao tropeirismo. Isso se deu devido a localização regional, e também a necessidade de abastecer as zonas mineradoras. Portanto, os Campos Gerais tiveram que se adaptar a dinâmica tropeira e dela extrair o máximo possível. Os homens e mulheres da época pesquisada se agarraram ao tropeirismo da melhor maneira possível. Essa adaptação ao tropeirismo usa as mais diversas formas de mão de obra.

O próprio tropeirismo se adaptou de maneira a distribuir a mão de obra e os serviços relativos à atividade dentro de seu espaço conforme cada região. O Sul foi o espaço de criação, os Campos Gerais foi o local de doma e engorda e o interior paulista se responsabilizou pelo comércio.

Outro fator que merece destaque é que diferente do que ocorreu com a cana-de-açúcar, com o café ou mesmo com o ouro, o tropeirismo não é tido como “ciclo econômico”, talvez pela própria dinâmica do sistema tropeiro que persistiu por muito mais tempo do que qualquer tipo de produto que tenha merecido tal discussão historiográfica. É certo que o tropeirismo se caracterizou como importante meio de transporte do litoral para o interior, e de regiões interioranas para outras regiões do Brasil Colonial ou Imperial. Seu fim se dá muito mais pela abertura de novos caminhos, como os trilhos de trem, do que pela substituição deste sistema por outra economia.

O tropeirismo serviu para integrar diferentes regiões da Colônia e do Império, além de oferecer a oportunidade de acúmulo de grandes quantias de riqueza nos mais diversos locais por onde esteve presente. Isso aconteceu desde as áreas de produção até a sua comercialização.

A ocupação de vastas áreas, a integração econômica e comercial das terras lusitanas e o uso do sistema escravista brasileiro nas regiões onde o tropeirismo esteve presente, representam muito para a formação do Brasil e destas regiões.

Neste ponto destaca-se a presença do escravo, o qual fez parte direta da dinâmica tropeira. Pois não eram poucos os escravos que acompanhavam o seu dono na formação das tropas e por vezes, era o líder da tropa. O trabalho escravo mesmo que não estivesse relacionado diretamente a formação da tropa, esteve ligado a atividade tropeira dentro dos

mais variados contextos. É inegável a presença do escravo nesta sociedade. Seu papel dentro da região e suas relações socioculturais ultrapassam sua condição de simples escravo e recolocam o indivíduo em meio aos mais diversos setores, sendo ele agente ativo na formação social e da mesma forma sendo mercadoria de lucro e de reserva de riqueza por parte dos senhores dos campos.

Portanto, os Campos Gerais formaram algo muito maior do que um simples caminho de tropas. Tem-se uma sociedade rural integrada ao comércio do Império, e que utilizava de todas as formas possíveis para o acúmulo econômico.

Nessa região se estabeleceu uma sociedade formada por brancos e não brancos. Esses não brancos, em grande quantia, representavam livres ou libertos que estavam integrados de uma forma ou de outra dentro da economia.

Saint-Hilaire já apontava nos anos de 1820 que a região, apesar de possuir escravos, não continha grande quantidade de braços escravizados. Esse número se confirma em 1854 quando o primeiro presidente da província, Zacharias de Góis e Vasconcelos, apresentou em seu relatório da província pequena porcentagem de escravos.

A população não branca de Castro representava 4845 indivíduos, algo em torno de 41% da população total. Os brancos, em sua maioria, eram 6798 indivíduos e representavam pouco mais de 58% da população do termo de Castro. As evidências apontam para uma região de criação e de engorda de gado, tal composição se parece muito com outras regiões como Alegrete, que o historiador Luís Farinatti (2007) aponta com um percentual bem próximo. É bom lembrar que os escravos representavam quase 23% da população do termo de Castro, e assim é possível reconhecer a importância do braço escravo na economia dos Campos Gerais.

No final do primeiro capítulo aborda-se brevemente a formação desta sociedade, como estava distribuída, qual o papel e a importância do escravo, qual a proporção deste na formação social da província. Enfim, diversos aspectos que auxiliaram na pesquisa para a compreensão do escravo como indivíduo passível de comércio. Desta forma podem-se ver os Campos Gerais como área de concentração de escravos, os quais estavam ligados as mais variadas atividades comerciais e laborais da sociedade campeira.

Por fim, apresentam-se algumas circunstâncias que estabeleceram o fim da escravidão no Brasil. Fatos e atos de política interna e externa que trilharam os caminhos para o fim lento e gradual da escravidão no Brasil. Tais fatos e o fim do tráfico como serão visto mais adiante, trará resultados econômicos aos Campos Gerais.

No capítulo dois é abordada a importância das fontes, os inventários *post-mortem*. Pois um inventário pode oferecer inúmeras informações materiais sobre a pessoa inventariada e

sobre a sociedade em que vivia. Canecas, urinóis, garfos, facas, camisas, almofarizes, baús, chapéus, galochas, cangalhas, cestos, xales, lenços, vestidos, canivetes, espelhos, copos, peneiras, enxadas, machados, bandejas, espingardas, garruchas, balanças, freios, estribos, bombas, pratos, imagens de santos, enfim, uma repleta gama de objetos que faziam parte da vida cotidiana e que se encontram registrados nos inventários *post-mortem* do Museu do Tropeiro na cidade de Castro, no Estado do Paraná. Esses objetos faziam parte da vida material de uma população que possuía objetos básicos para a sua vivência, para o seu uso no dia a dia. É praticamente impossível determinar o real valor atribuído aos objetos, pois a sua significância no uso diário, ou seu uso em casos especiais, não aparecem nos registros das partilhas estudadas. O significado que o proprietário atribuía a cada um dos objetos é incalculável. Já o valor monetário aparece através da avaliação que os avaliadores designados pela Justiça realizavam.

Junia Ferreira Furtado (2012) alerta os historiadores para os cuidados de se trabalhar com fontes tão delicadas. Devem-se considerar as possíveis distorções nas informações ali contidas. Alguns inventários *post-mortem* podem conter informações distorcidas devido ao próprio desejo da família em camuflar os reais valores dos bens. Esse aspecto pode variar tanto para aumentar, como para reduzir o valor do bem. Tudo dependendo das relações entre a família do falecido e os avaliadores.

É importante destacar que até 1916, o que regravava a formação dos inventários eram as Ordenações Filipinas, portanto, o período estudado estava estreitamente ligado a uma tradição jurídica portuguesa. Estudar os inventários de meados do século XIX é um trabalho fascinante, pois revela a vida material de pessoas desconhecidas para o pesquisador, num tempo e numa época diferente da atual. Os objetos desses indivíduos do passado trazem aspectos da vida cotidiana de um Brasil diferente do de hoje.

Infelizmente sabe-se que os inventários excluem parte da população nessa pesquisa, mas como o objetivo é reconhecer a participação do escravo na composição da riqueza, independente dos demais objetos, os escravos aparecem nitidamente em todas as fontes que selecionadas para análise.

Dentro desse levantamento, é encontrada grande quantidade de inventariados ligados à agricultura, pecuária e a produção de gêneros alimentícios. Mas também outros ligados ao comércio de secos e molhados, que traziam grande descrição de objetos distribuídos dentro da sociedade campeira da época.

Parte-se então para uma abordagem que elenca alguns historiadores que abordaram inventários e realizaram pesquisas na área.

No fim deste capítulo verifica-se a propriedade de escravos e a posse de escravo. Como eles estavam concentrados, e em quais atividades eram utilizados, a partir de um apanhado sobre a própria escravidão na América e como ela se deu nas mais diversas regiões do novo continente, suas diferenças e os aspectos em que se igualavam. Da rigidez da escravidão nas áreas ao sul dos Estados Unidos à grande quantidade de negros no Caribe, sem deixar de ponderar sobre a participação indígena na formação das sociedades hispânicas da América.

Na América portuguesa, o modelo escravista favoreceu a unidade territorial e se deu de maneira mais ou menos semelhante nas mais diversas regiões. Conforme Marquese (2006, p. 118), havia uma paridade no início do século XIX entre brancos, mestiços e negros, com 28% de brancos, 27,8% de negros e mulatos livres, 38,5% de negros e mulatos escravizados, 5,7% de índios. Considerando que os Campos Gerais, como apresentado anteriormente, se mostrava em meados do século XIX, com um número maior de brancos do que a média nacional, e o elemento escravo, apesar dos Campos Gerais serem a área com maior concentração de escravos dentro do Paraná, na média nacional a região se distingue e mostra outros resultados. Mesmo assim, o escravo estava presente e representava boa parte do acúmulo de riqueza nessa região.

Para Fernando Franco Netto (2007), as propriedades com escravos no Paraná em 1804 perfaziam 20,5% do total de domicílios, enquanto que em 1824 esse percentual ficou em 18,9%. Portanto o Paraná não apresentava um número expressivo de domicílios com escravos, tônica presente nessa região do Brasil com suas atividades voltadas para a pecuária e a lavoura de alimentos. A média de escravos por proprietário foi de 5,6 em 1804 e de 5,0 em 1824 no Paraná, refletindo a participação de pequenos proprietários de cativos. Encontram-se médias maiores do que estas, por exemplo, em Castro (7,1 no ano de 1824). Tal índice se manteve nas faixas apontadas pelo pesquisador.

É possível encontrar na pesquisa um Paraná que aos pouco vai diminuindo a importância do braço escravo na sua economia. Mesmo assim, em determinados anos, o número de escravos aumenta, mas sua participação na sociedade vai sempre decrescendo. O ano de 1854 representa algo interessante para o período, pois, conforme poderá ser visto, e com base em outros estudos, a década de 1840-50, foi o período em que mais houve entrada de escravos no Brasil. Portanto, os números relativos ao Paraná também aumentam, mas a participação na população, não aumenta, indicando a diminuição da importância deste na composição social do Paraná.

No que diz respeito à economia, dos 205 inventários não foi encontrado nenhum cujas atividades estivessem ligadas apenas ao comércio e a agricultura. Na maioria dos inventários ligados à atividade comercial, 12 são ligados à pecuária e destes 4 são ligados também à agricultura. A pecuária estava fortemente vinculada às atividades econômicas em geral, dos 205 inventários, apenas 20 não estavam diretamente ligados a essa atividade econômica. Por outro lado se teve 19 inventários em que não foi possível definir a sua participação na economia.

Tabela 1: Atividades econômicas verificadas nos inventários

Atividade	Agricultura	Comércio	Pecuária	Agricultura e Pecuária	Agricultura Pecuária, e Comércio	Comércio e Pecuária	Atividade não definida
Número de inventários	18	2	43	111	4	8	19

Fonte: Rol de inventários do Museu dom Tropeiro, Castro-PR

Divididos nestes grupos que constituem a tabela acima, o maior grupo é o ligado à pecuária e à agricultura, com 111 inventários. Em segundo lugar aparecem os inventários ligados apenas à pecuária, totalizando 43; e em terceiro lugar o grupo ligado à agricultura, apenas com 18 inventários. Ao agrupar esses três conjuntos de atividades encontram-se 172 inventários, que representam 83,9% do total, número superior ao de inventários que possuem escravos. Isso evidencia que as atividades eram praticadas por pessoas que se utilizavam da mão de obra cativa. Porém, outros agentes econômicos realizavam as mesmas atividades sem escravos, demonstrando que o trabalho poderia ser próprio, ou de livres assalariados.

Vale ressaltar que o objetivo da pesquisa é encontrar a participação do escravo na composição da riqueza dos homens e mulheres nos Campos Gerais, através dos inventários *post-mortem*. Depois de organizar os estudos sobre Castro, sobre os inventários e deles retirar os dados que levariam ao complemento da pesquisa, foram levantadas algumas questões que serão apresentadas no decorrer do terceiro capítulo. Assim a pesquisa foi dividida em dois períodos, um até 1850 quando se inicia o processo de interrupção definitiva do tráfico transatlântico de escravos, avaliando os preços e valores e a importância na composição da riqueza dos inventários. O segundo período iniciaria a partir de 1851 até o fim do recorte temporal da pesquisa.

De imediato buscou-se encontrar base nos dados levantados e em teóricos que amparassem a construção do texto dissertativo. Essa busca levou a redimensionar o ano que determinaria a sugerida divisão. Ricardo Tadeu Caires da Silva (2010) entende que houve

dois períodos de comércio e valorização dos escravos nos Campos Gerais. O primeiro momento tem seu início nos tempos coloniais com o valor dos escravos sendo relativamente baixo. Isso devido à própria oferta de escravos em Castro ou em outras regiões consumidoras de braços para o trabalho. Como pode ser visto no primeiro capítulo deste trabalho, Gutierrez (2006) defende a tese de que a absoluta maioria dos escravos dos Campos Gerais eram de crioulos, sendo uma quantia de 7 crioulos por 1 africano, mesmo assim, a oferta de escravos nas regiões litorâneas conseguiu deixar o preço dos crioulos da região dos Campos Gerais dentro de um patamar baixo. Porém, depois de 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz ⁴, a dificuldade no tráfico e, conforme Ricardo Tadeu Caires Silva (2010), em 1855 o tráfico de escravos para o Brasil estava totalmente extinto. A partir deste período a região dos Campos Gerais começa a sentir o assédio sobre seus plantéis de escravos e o valor atribuído se eleva.

É possível encontrar a divisão entre os anos de 1852 e 1853 quando o preço do escravo nos Campos Gerais começa a subir. Entre 1846 e 1852 o preço se manteve estável. Mas como determinar e comparar um escravo a outro em momentos diferentes, ou em anos diferentes? É importante destacar que abordar um assunto como este não é tarefa fácil. Como comparar um escravo com outro, de outra propriedade? A resposta desta questão fundamental para o desenvolvimento da pesquisa é tentar elaborar a determinação de uma média. Opta-se por buscar um tipo de escravo mais comum no rol de inventários *post-mortem* analisados. A construção do indivíduo médio para fins de comparação de preço teve como parâmetros os seguintes aspectos: sexo, idade, crioulo, profissão, estado de saúde e condições de trabalho.

Dentro dos inventários *post-mortem* pesquisados, encontram-se escravos com 110 anos, como no caso do escravo Felipe, de propriedade do inventariado José Joaquim Marques de Souza, de 1864. Mesmo com 110 anos, Felipe foi arrolado no processo e avaliado como “inútil”. Outros escravos com menor idade foram inventariados, mas naquele momento seu valor era menor porque estava doente. Um exemplo é o escravo Amaro, 32 anos, crioulo, que em 1863 foi avaliado em 800\$000 enquanto a média de escravos para o mesmo ano foi de 1.100\$000. Sua doença? Era considerado “doentio de um braço”. Seu valor perfazia 72,72% do valor médio de um escravo em perfeito estado de saúde e de trabalho. Outro escravo, Camilo, preto, 28 anos, foi considerado doentio, mesmo assim foi avaliado em 200\$000 em 1864. Neste ano também a média de escravos foi de 1.100\$000. Com esses patamares, não

⁴ Lei nº 581 de 04 de setembro de 1850, que proibiu o tráfico negreiro no Brasil. Ver: TELLES FILHO, Eliardo França. Eusébio de Queiroz e o Direito: um discurso sobre a Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850. **Revista Jurídica**. Brasília, v. 7, n. 76, p.52-60, dez/2005 a jan/ 2006.

seria possível considerar os escravos doentes, até porque os valores variam muito e apenas os escravos em boas condições, se assim se pode avaliar, é que entraram nessa somatória.

É importante ressaltar que esse tipo de seleção se dá pela grande dificuldade em avaliar o estado de um plantel e a disparidade na composição deste. Foi necessário buscar um indivíduo médio, presente em todos os anos e com amplas condições de avaliação, a fim de estabelecer um patamar razoável. Apenas fazer a média das escravarias pelos valores avaliados, poderia não condizer com a realidade dos valores atribuídos, pois de ano para ano a composição das escravarias mudava e os valores determinados poderiam interferir no valor médio real que se pretende aproximar. Assim, o indivíduo a ser localizado teve esse perfil, homem, idade entre 20 e 30 anos, crioulo, sem profissão apontada nos inventários e em boas condições de saúde, ou que pelo menos não fossem considerados inúteis e/ou inválidos.

A partir dessa composição de escravos se elaborou uma média de valores atribuídos aos escravos com o perfil acima proposto. Esse indivíduo escravo será a partir de agora reconhecido por “indivíduo perfil”.

Nos primeiros anos a curva no valor atribuído ao indivíduo perfil aponta para um crescimento no valor e representa cinco anos de grande recebimento de escravos no Brasil, conforme apontam diversos historiadores. E ainda demonstra três anos de repressão ao tráfico transatlântico de escravos.

Mesmo com a grande entrada de africanos no Brasil na década de 1840-50, os escravos crioulos sempre foram a grande maioria nos Campos Gerais, isso, talvez se explique pela própria dinâmica que a sociedade estava inserida, tendo que possuir escravos especialistas ou que soubessem lidar com o gado e com as mulas a fim de domá-las para posterior venda. Os escravos africanos estavam perdendo espaço, em especial depois de 1850, quando sua importação era considerada crime. Assim o crioulo tinha maiores condições de trabalhar livre e nos afazeres necessários na região dos Campos Gerais.

Ainda sobre o primeiro período, deve ser destacada que a média de participação de escravos na composição da riqueza nos inventários *post-mortem* girava em torno de 30%. O restante dos bens, terras, casas, bois, vacas, cavalos, mulas, etc., representam 70% dos inventários. Aqui só foram considerados os inventários com escravos, descartando os que não possuíam esse elemento.

O segundo período que se inicia em 1853, com um relativo aumento dos valores dos escravos, vai até 1855 com um valor em crescente, mas sem avançar muito.

Os dados levantados nessa pesquisa apontam para dois momentos distintos do comércio de escravos. O primeiro momento foi marcado por um momento de adaptação à

nova realidade. Se for considerado que entre 1845 e 1850 desembarcaram no Brasil mais de 50 mil cativos por ano (COSTA, 1998), esse mesmo período valorizou o braço escravo de tal maneira que a sua importância na consolidação das riquezas armazenadas pelas famílias se tornou indispensável. Nos Campos Gerais o período de adaptação foi além, chegando a 1853, estendendo-se até 1855. A partir deste período intermediário, ocorre uma alta vertiginosa no valor do escravo dentro do processo de partilha dos bens, e de igual forma, sua importância no percentual de riqueza evolui até atingir seu auge em 1858-59.

É notável que em 1858 e 1859 os escravos atinjam os maiores valores, e que o maior percentual apareça em 1861. No primeiro momento isso também ocorre. Quando os valores começam a se elevar, em 1853, os percentuais de participação nos inventários só aparecem aumentando em 1855. No entanto, o ano de 1864 supera as lacunas deixadas pelos anos de 1862 e 1863, em informações mais contundentes. O ano de 1864 demonstra uma tendência de baixa no valor do escravo e de redução na participação do escravo na composição da riqueza. Constatar que os Campos Gerais agiram e reagiram conforme se comportou o comércio e o tráfico de escravos no Brasil demonstra a estreita ligação da região com as demais áreas econômicas do país. Ainda referente à conjuntura que os Campos Gerais estavam inseridos, vale ressaltar que em 1853 a Quinta Comarca de São Paulo se desmembra e forma a Província do Paraná. Essa nova divisão territorial também influencia no comércio da região, pois novas alíquotas e taxas são colocadas sobre os preços dos produtos e no caso o comércio de escravos a partir de 1855, se restringe ao tráfico interno do Império.

Carlos Eduardo Supriniak (2006) apresenta um estudo sobre a entrada de gado e mulas no Paraná e a reação econômica no preço dos escravos para a época. Na presente pesquisa nota-se que o escravo tem seu valor ligado à alta e a queda das mulas e do gado comercializado. Situação que pode se estender por um período maior que carece de pesquisa.

CAPÍTULO 1 - A OCUPAÇÃO LUSA DOS CAMPOS GERAIS E A DINÂMICA ECONÔMICA ESCRAVISTA ENVOLTA AO TROPEIRISMO

1.1 A formação dos Campos Gerais e a sua função na dinâmica econômica colonial

Os *Campos Gerais*, assim denominados graças à sua enorme extensão, não constituem uma comarca nem tampouco um distrito. São eles como essas regiões que em todos os países, independentemente de divisões políticas se distinguem pelo aspecto, natureza do solo e sua produção, e cujos limites vão até onde desaparecem as características que sugeriram a imposição de nomes particulares e daí por diante deixam de ter aplicação. Começam os Campos Gerais à margem esquerda do Itararé (SAINT-HILAIRE, 1964. p. 8-9).

O viajante francês ao pisar nos Campos Gerais soube claramente que estava chegando numa região totalmente diferente. Uma região com suas particularidades e que devido a isso se mostrava cada vez mais interessante. Sua geografia e sua composição despertaram interesse ao viajante, porém, mesmo ele conhecedor de tantas outras localidades brasileiras, não sabia que o povo daqui tinha suas características também diferentes de outras regiões do Brasil.

Com uma ocupação oficial lusitana de mais ou menos 110 anos, os Campos Gerais em 1820 já estavam solidificados como uma região particular. Com campos e pastagens formadas e ocupadas por muares e gado, vindos do Sul ou criados aqui mesmo. Roças de subsistência com milho, feijão, trigo e arroz, além de outros importantes produtos como linho, algodão e fumo faziam parte da realidade da região quando Saint-Hilaire por aqui passou. O viajante realizou outras anotações sobre a população dos Campos Gerais; para ele a maioria da população era de cor branca. Tal afirmação se confirma com outros dados conforme será visto adiante. A descrição de Saint-Hilaire sobre a população desta região era a seguinte:

Seria erro pensar-se que a maior parte dos habitantes dos Campos Gerais se compõe de mestiços. Encontram-se ali muito mais homens realmente brancos que nos distritos de Itapeva e Itapetininga, tendo eu verificado que quase todos os operários da vila de Castro pertenciam à nossa raça. Assim, não é de admirar que, a despeito de sua profunda ignorância, os habitantes dos Campos Gerais tenham melhor pronúncia e falem mais corretamente o português que os das vizinhanças da cidade de São Paulo, e não deem ao *ch* o som de *ts* e ao *g* o de *dz*, alterações introduzidas na língua portuguesa pelos índios, com os quais os colonos dos distritos de Castro e Curitiba pouco se misturaram. (SAINT-HILAIRE, 1964. p. 14)

Apesar dessa comprovação, ele não exclui a existência de escravos na região, até porque a dinâmica da região integrava também uma importante, se não a mais importante, rota interna de comércio da época.

O caminho de Viamão, aberto entre 1728 e 1730 representa uma rota comercial que liga continentalmente o Sul e o Sudeste. Regiões produtoras de gado e muars do Sul com regiões consumidoras do centro. Além disso, o caminho se apresentava como uma via de trocas comerciais, sociais e culturais, onde homens de diversas regiões interagem e criaram suas próprias alternativas de sociabilidade e sobrevivência.

Para entender bem a presença populacional nessa região é necessário compreender como surge a ocupação e como se dá a integração dos Campos Gerais ao Império luso na América.

A região dos Campos Gerais constituiu-se como uma importante área na expansão da Colônia Lusitana da América a partir do ano de 1704. Neste ano, ocorre a primeira distribuição de sesmaria pela Coroa Portuguesa com o nome de Sesmaria da Paragem do Iapó (LOPES, 2004). O nome é relativo ao importante rio que corta os Campos Gerais e as suas cheias forçavam a parada de quem por lá tentava cruzá-lo. Esse fato favoreceu o início da ocupação oficial do território onde se localiza a cidade de Castro. É importante destacar que Saint-Hilarie escreve que os homens dessa região não se misturaram com os indígenas. Esse relato realizado pelo viajante não exclui a presença indígena antes da ocupação oficial da região. Porém, é provável que os indígenas tenham sido expulsos ou se mostraram muito hostis e não integraram a população “civilizada” dos Campos Gerais, diferente do que ocorreu em outras áreas mais próximas a São Paulo como o próprio viajante escreve.

A primeira família a chegar oficialmente foi a do Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida. Foram os primeiros proprietários oficiais de terras na região, e através desta família outras se instalaram e buscaram explorar os campos naturais para a criação e engorda de gado. A vila de Castro, ou Iapó, surgiu com a necessidade da parada devido às cheias, mas também como pernoite de tropas vindas do Sul. Tornou-se ponto de apoio para as tropas fornecendo gêneros alimentícios e serviços aos tropeiros, inclusive diversões com “mulheres públicas”, como relata Saint-Hilarie. Nos seus arredores o aluguel dos pastos a fim de pernoite ou mesmo de espera de condições de trafegar no Caminho, possibilitava novos meios de sociabilidade sempre acompanhados de algum tipo de comércio.

Segundo Octávio Ianni (1988), a população da região dos Campos Gerais em especial, dedicou-se à agricultura, pecuária e ao tropeirismo, aproveitando a debilidade das vilas paulistas em fornecer gêneros alimentícios para as Minas Gerais. Situação essa que foi

agravada com o grande deslocamento de populações paulistas e de outras regiões do Império, para a região de exploração aurífera nas Minas Gerais, afetando a produção de alimentos e consequentemente criando uma grave crise de abastecimento.

Independente das considerações relativas ao abastecimento das regiões mineradoras, os Campos Gerais, que não despertavam qualquer tipo de interesse econômico no final do século XVII, acabam por se tornarem um importante território já no início do século XVIII, com a vinda da família Taques de Almeida. Até a abertura do caminho entre os campos produtores de gado e mulas do Rio Grande do Sul entre 1728 e 1730, os Campos Gerais foram campos de criação de gado vacum e de cavalos destinados à região de mineração. No entanto, com a abertura do Caminho de Viamão, o Rio Grande do Sul se constitui como o grande produtor de gado e muares, sendo que os pastos dos Campos Gerais começaram a ser usados para invernagem, doma e engorda. Conforme aponta Maria Isabel Basilisco Célia Danieli (2006), em sua tese de doutoramento em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas, durante o governo paulista de Antonio da Silva Caldeira Pimentel, grandes esforços foram feitos para se abrir tal caminho com o claro intuito de abastecer o comércio do interior paulista e mineiro com mulas e gado vindos do Sul. A região dos Campos Gerais manteve um misto de produção de gado e mulas, mas esteve diretamente ligada ao comércio já que os campos sulinos teriam maiores condições de criação. A partir dessas circunstâncias, a sociedade dos Campos Gerais buscou se adaptar à dinâmica que o tropeirismo trazia. Não seria de todo errado atribuir à região um tipo de economia intermediária, onde os Campos Gerais se destacariam por engordar e domar tropas, agregando valores aos animais vindos do Sul. Essa atividade representaria importante ocupação para os diversos tipos de mão de obra da região.

Destacando ainda a região e suas características, é possível recorrer a Saint-Hilaire (1964, p. 9) com sua descrição afirmando que “A região é muito diferente da que a precede, a nordeste, e termina a pouca distância do Registro de Curitiba, onde o solo começa a diferenciar-se e, às aprazíveis paisagens, sucedem-se sombrias e majestosas florestas”.

São justamente essas paisagens aprazíveis que fizeram com que se despertasse o interesse econômico para a região. A formação da pastagem, com campos nativos e pequenas áreas de florestas onde a araucária se destacava, era propícia para a criação e engorda de gado que serviria de mercadoria para abastecer as regiões mineradoras do centro. É inegável a importância das Minas Gerais para a ocupação oficial destas pastagens e a consequente exploração dos campos através da criação e invernagem de gado. Em sua obra, Straforini

(2001) aponta para uma divisão do trabalho que possibilitou a integração dos Campos Gerais na dinâmica comercial colonial:

Enquanto no sul a divisão territorial do trabalho gerou um espaço predominantemente criatório, no Brasil Central, o espaço era articulado em infinitas redes de rotas, possibilitando a comunicação e a inserção de lugares “perdidos” na economia brasileira e mundial [...] (STRAFORINI, 2001. p. 24).

Dessa maneira, o comércio que articulava a região dos Campos Gerais à dinâmica comercial colonial era de gado e muares. O sistema tropeiro que se organizou na época a fim de manter essa empreitada comercial consistia em três espaços articulados; primeiramente a criação, em segundo lugar a pastagem e o adestramento, e em terceiro a comercialização. Espaços que contribuíram significativamente para formação social e econômica do Império, mas que também desenvolveram uma rede de compartilhamento e de comunicações importantes para a época.

É evidente que nesses espaços essa divisão do trabalho não era totalmente rígida, pois são encontrados criatórios em locais de doma e engorda e até nos próprios centros consumidores. Outro fator relevante é que a formação de uma sociedade campeira na região se dá pelos aspectos territoriais, mas também conjunturais. Territoriais, pela própria formação da região, um local propício para a cria e engorda de gado com pastagens naturais. E conjunturais, pois se tratava de uma via de ligação interna que recebia e fornecia informações e aspectos culturais de outras regiões do Império. Tais trocas se davam prioritariamente pela função que o tropeirismo tinha de levar e trazer tudo o que poderia ser transportado física ou culturalmente. Para tanto, deve-se minimamente abordar o que seria o tropeirismo. Como funcionava o sistema tropeiro e qual seu papel na formação social e territorial do Brasil?

Caso alguém busque nas bibliotecas obras que citem o tropeirismo como ciclo econômico, certamente não conseguirá êxito. Diferentemente do que ocorreu com a cana-de-açúcar, com o café ou mesmo com o ouro, o tropeirismo não é encontrado como “ciclo econômico”, talvez pela própria dinâmica do sistema tropeiro que persistiu por muito mais tempo do que qualquer tipo de produto que tenha merecido tal discussão historiográfica.

É que o tropeirismo se caracterizou como importante meio de transporte do litoral para o interior, e de regiões interioranas para outras regiões do Brasil colonial ou imperial. Apesar de ser abordado em nosso trabalho como um sistema de trocas envolto na economia e auxiliado pelo sistema escravista brasileiro, é inegável sua contribuição em outras regiões do Brasil para a integração das mais diversas áreas produtoras e consumidoras. Alguns trabalhos

demonstram a importância dos tropeiros e suas tropas no transporte de cargas. Apenas com os trilhos de trem é que de fato o lombo da mula foi relegado a um segundo plano, isso já em fins do século XIX e início do século XX.

O historiador Celso Furtado (2009) em sua obra *Formação Econômica do Brasil* destaca a importância das mulas no transporte de açúcar, ouro e café, mas também de outros produtos e de pessoas.

A tropa de mulas constitui autêntica infraestrutura de todo o sistema. A quase inexistência de abastecimento local de alimentos, a grande distância por terra que deviam percorrer todas as mercadorias importadas, a necessidade de vencer grandes caminhadas em região montanhosa para alcançar os locais de trabalho, tudo contribuía para que o sistema de transporte desempenhasse um papel básico no funcionamento da economia. Criou-se, assim, um grande mercado para animais de carga (FURTADO, 2009. p. 122).

A assertiva acima se destaca no capítulo XIII, que fala da integração das regiões meridionais através das relações econômicas abertas pela exploração da região de Minas Gerais. No entanto, o transporte realizado pelas mulas ultrapassou o processo de mineração e alcançou definitivamente seu desenvolvimento alicerçado em outros processos econômicos que são possíveis de considerar como secundários.

No Sul do Brasil, o tropeirismo interligou as diferentes regiões produtoras e comerciais do interior. No Rio Grande do Sul, apesar de ser possível encontrar a criação de gado anterior à mineração, seu potencial sempre foi utilizado seja para a produção de carne ou de transporte ou mesmo de couro. No entanto, o grande comércio de gado e muares sustentado pelo caminho das tropas que passava por Castro, era responsável por grandes valores monetários. Farinatti (2007) aponta para a grande importância que a região dos Campos Gerais teve na compra e venda de gado.

Desde os tempos coloniais, tropeiros desciam de São Paulo, dos Campos Gerais do Paraná, de Lages e voltavam com tropas de muares, consistindo em uma das mais importantes atividades econômicas do período. No meado do século XIX, o principal destino dos muares produzidos no Rio Grande do Sul seguia sendo a Feira de Sorocaba, de onde eram encaminhados, principalmente, para as regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e, depois, de São Paulo. O negócio de formação de tropas compostas, sobretudo, por muares, ainda que possuíssem também alguma participação de eqüinos, sua invernagem nos campos do Paraná e sua venda na Feira de Sorocaba, construiu algumas fortunas de grande importância no Oitocentos, sobretudo na província de São Paulo e na comarca, depois província do Paraná (FARINATTI, 2007. p. 141-142).

Essa atividade econômica moldou o homem para lidar com tais negócios. Esses indivíduos chamados tropeiros, segundo Farinatti (2007), conseguiram reunir grandes somas financeiras conquistadas sobre o lombo da mula. No entanto, nem sempre o tropeiro que conduzia a tropa era o proprietário. Os grandes compradores de gado encarregavam um capataz de confiança para que ele e alguns escravos descessem ao Sul e organizassem uma tropa em seu nome. O que se deve destacar é que esses indivíduos eram responsáveis por transportar gado e mulas, mas inconscientemente, por muitas vezes, eram transmissores e receptores de cultura e informação.

A tropa também tinha suas particularidades. O tamanho variava e ela poderia ser composta de gado bovino ou muars. A compra e venda destes animais se dava em geral no Sul, no Rio Grande do Sul. Se fossem mulas, ficavam nos Campos Gerais para doma, se fossem bovinos, ficavam para recuperação de peso (engorda). Porém, muitas tropas eram formadas no Sul e se deslocavam diretamente a Sorocaba para a venda imediata.

A economia tropeira possibilitou a ocupação de vastas áreas antes desocupadas economicamente e sem interesse comercial. Essa ocupação oficial trouxe consigo aspectos que aqui foram ressignificados devido às características da região. Em geral, foram necessários vários caminhos e trilhas que ligaram economicamente e socialmente as diversas regiões do interior brasileiro. As atividades ligadas à economia predominante também favoreciam outras atividades econômicas que não eram o eixo central desse comércio, mas que utilizaram das possibilidades conjunturais para agir e se integrar na dinâmica comercial da época. Essas características foram fundamentais para a formação social e cultural de homens que se especializaram na lida com o gado, mulas e burros, extremamente importantes para a configuração dessa sociedade complexa criada ao lado dessas trilhas e caminhos.

A formação de Castro reuniu aspectos econômicos, sociais e culturais de pessoas que lidavam diretamente com o tropeirismo e também dos que se utilizavam das brechas econômicas deixadas pelo sistema. Pelos caminhos que faziam essa ligação comercial e social, cruzavam as tropas que eram compostas por animais e por homens que necessitavam de uma rede de serviços auxiliares, eram condutores, cozinheiros, camaradas e aprendizes, além, é claro, do dono da tropa. Geralmente essa equipe de apoio era composta pelo elemento escravo, presente na sociedade tropeira (MATOS, 1984). Evidentemente que após um determinado acúmulo de riqueza, os donos das tropas não se deslocavam mais a fim de montar nova tropa no Sul. Em geral, eles controlavam os negócios nas vilas em que se estabeleciam e mandavam nas caravanas alguém de confiança, normalmente o capataz, e esse

tinha a responsabilidade de controlar e organizar o trabalho, além de garantir que nada desse errado durante a tropeada.

Esse apoio recebido pelas tropas não era apenas no grupo que conduzia o rebanho. Ao longo dos caminhos surgiram vilas e paragens que compunham um aparato de apoio composto por diversos ofícios. Nesses locais se encontrava seleiros, ferreiros, alfaiates, carpinteiros, sapateiros e comerciantes de gêneros alimentícios e de suprimento das tropas. Em Castro não era diferente, as fazendas compunham um espaço organizado de diversos ofícios ligados ao sistema tropeiro.

Os indivíduos na fazenda distribuem-se em uma estrutura ocupacional determinada. As atividades resumem-se em; vigilância do gado, com as decorrências normais, tais como a reunião dos animais em recantos prefixados, para protegê-los de animais selvagens, aborígenes, ladrões; a reunião dos currais; o cuidado com as vacas de cria e bezerros; a marcação, um a um, que se realiza duas vezes por ano; a castração dos touros que se pretende engordar para o comércio de carne, também efetuada uma vez cada semestre; as queimadas, duas ou três vezes por ano, de trechos de pastagens, de modo a proporcionar sempre relva tenra e verde ao gado; distribuição periódica de sal, dado o insuficiente teor salino das pastagens e, em parte, o papel dessa substância na domesticação do gado; o esartejamento dos animais destinados ao consumo local; o curtimento e preparação de couros para a confecção de implementos de peões ou artefatos domésticos; a doma de cavaleiros ou muaras destinados ao uso do pessoal da fazenda; o transporte de animais, nas viagens para o mercado, etc. (IANNI, 1988. p. 56).

Essa breve descrição de Octávio Ianni proporciona uma visão dos trabalhos nas fazendas de Castro e dos Campos Gerais. Porém, deve-se ressaltar que as próprias fazendas acabavam sendo locais de apoio aos tropeiros vindos do Sul. Pequenos negócios, serviços, trocas comerciais deveriam fazer parte da vida cotidiana dos moradores das fazendas. Pela própria dinâmica comercial e de divisão de trabalho que a América Portuguesa estava inserida, certamente o braço escravo estava presente, e é bem provável que desempenhasse a maioria dos serviços descritos acima. A região dos Campos Gerais, formada socialmente por indivíduos ligados ao sistema tropeiro, trazia suas características essenciais para o desenvolvimento da cria e da engorda de gado. Sua localização facilitava a engorda e a doma, pois o trecho a ser percorrido até Sorocaba era bem menor que o percorrido pelo gado vindo do Sul.

Mapa 1: áreas de distribuição do trabalho tropeiro.



Fonte: STRAFORINI, Rafael. *No caminho das tropas*. Sorocaba: TCM, 2001. p. 25.

Nota-se que a dinâmica em torno do tropeirismo favorecia uma divisão do trabalho que não se dava completamente nas fazendas dos Campos Gerais, isso ocorria na dinâmica comercial territorial envolvida no sistema. A divisão era composta basicamente da seguinte maneira: Rio Grande do Sul e regiões serranas de Santa Catarina se dedicavam à criação; aos paranaenses cabia o aluguel dos campos, a internada e a engorda; por fim, os paulistas desempenhavam o papel de ligação entre os centros produtores e os centros consumidores (conforme Mapa 1). Esse sistema possibilitava uma ligação, mesmo que indireta, entre diversas regiões econômicas, sociais e culturais do território brasileiro.

[...] pode-se inferir que o papel dos criadores e comerciantes de animais de Castro permitiu que se estabelecesse uma articulação com a economia colonial sustentada igualmente por pequenas trocas comerciais que se davam ao longo dos caminhos percorridos pelas tropas, considerando os espaços de descanso das mesmas (MARTINS, 2011. p. 53).

Os apontamentos de Ilton César Martins auxiliam na concepção comercial que interligava Castro e os Campos Gerais com as demais regiões do Império. Porém, não se pode

ingenuamente definir que apenas isso ocorria. As trocas mais importantes estavam ligadas ao campo cultural e social, não somente ao econômico. Os diversos serviços disponíveis ao longo dos caminhos favoreciam a instalação de vilas e/ou paragens que possibilitavam um descanso ou mesmo, devido a inundações, uma parada forçada para as tropas. É inegável que os tropeiros exerceram uma importante atividade de integração territorial, trazendo e levando gado, mas também as mais diversas mercadorias e notícias, espalhando pelo interior uma complexa rede social que se formava com a compra e venda de animais.

A região que estudada estava integrada nesse sistema, agia e reagia conforme as necessidades que o sistema tropeiro requeria.

Os Campos Gerais e a vila de Castro estavam, portanto, dentro desse processo. Constituindo-se num importante entroncamento e ponto de parada dos tropeiros que por ali transitavam, aproveitando-se das amplas condições geográficas que lhe eram favoráveis a vila de Castro floresceu. Mais do que parada, as localidades dos Campos Gerais eram pontos de criação e de comércio, onde muitas pessoas fixaram moradia levando em consideração a possibilidade de crescimento (MARTINS, 2011. p. 54).

Evidentemente, é encontrado em Castro e nos Campos Gerais as características de uma economia fortemente ligada ao tropeirismo. Não se pode ignorar a prática de invernagem de gado que possibilitava um ganho econômico considerável nesses locais. Entre 1855 e 1860 a região alcançou o seu ápice no que se refere à invernagem de gado. São encontradas mais de 30 mil cabeças de muare invernando nos Campos Gerais em 1860, e mais de 100 mil chegaram em Sorocaba vindas do Paraná (HARTUNG, 2005).

Na época, Castro se destacou dentro dos Campos Gerais não só pela economia, mas também pela política. Surgem lideranças provinciais que acabaram governando a província e mais tarde o estado do Paraná.

A constituição dessa região se completa com as diversas localidades que compunham os Campos Gerais, como Lapa, Ponta Grossa, Piraí e Jaguariaíva, e mesmo Guarapuava e Palmas que estavam sob jurisdição castrense durante certo período. Com a criação da Província do Paraná em 1853, a Câmara da Vila de Castro administrava as Freguesias de Ponta Grossa, Jaguariaíva, Guarapuava e Palmas. Em 1849 ocorre o desmembramento e criação da Vila de Guarapuava. No ano de 1864, Ponta Grossa é desmembrada, e elevada à categoria de Vila. Com o passar dos anos outras vilas surgiram como Tibagi em 1872, a Vila de Jaguariaíva em 1876. Em 1876 surge São José da Boa Vista e em 1881 desmembra-se a vila de Piraí.

É importante salientar que, com base nos estudos de Kátia Andréia Vieira de Melo (2004), Castro possuía grande atividade econômica voltada à produção de gêneros alimentícios, em especial feijão e milho, relegando a Ponta Grossa e Guarapuava a criação e a engorda de gado. É de se destacar que a “grande atividade econômica” de que fala Kátia Melo, compunha fatia importante na produção de riqueza para uma região cujo enfoque sempre foi o abastecimento de outras regiões consumidoras. A produção de gêneros alimentícios aparece em grande proporção nos estudos das fontes, as quais serão destacadas posteriormente. Ainda assim, toda essa região era composta por grandes propriedades, com fazendas extensas ligadas a atividade tropeira⁵. No mapa abaixo se pode ver como essa dinâmica econômica se integrava e se distribuía.

Mapa 2: Rota dos tropeiros.



⁵ Pode-se aprofundar o assunto consultando os seguintes autores: MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: UFPR, n. 3, jun. 1963, p. 1-27. BALHANA, Altiva Pilatti. Mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: UFPR, n. 3, jun. 1963, p. 28-52. BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968. MOTIM, Benilde Maria Lenzi. *Estrutura fundiária do Paraná tradicional – Castro: 1850-1900*. Dissertação de mestrado. Curitiba, 1987.

Fonte: PAIXÃO CÔRTEZ, João Carlos. *Danças Birivas do Tropeirismo Gaúcho*. Porto Alegre: CORAG, 2000, p. 52.

Esse mapa ilustra o caminho que os tropeiros realizavam e como essas rotas estavam interligadas numa dinâmica comercial e social que permeou o Brasil Meridional integrando este, a região Central que na época possuía uma dinâmica prioritariamente de exploração mineira. Contudo, essa ligação com o Centro continuou e se consolidou durante o século XIX, quando as mesmas tropas vindas do Sul serviram de meios de transporte nas regiões cafeeiras que se instalavam no Rio de Janeiro e São Paulo, mais recentemente. As tropas continuaram fazendo parte do dia a dia da população dos Campos Gerais por um longo período.

O século XIX representa o momento em que a economia dos Campos Gerais se integra na dinâmica capitalista comercial solidificado durante o Império no Brasil. Ao falar dos Campos Gerais paranaenses, é inevitável abordar o tropeirismo, a criação de animais, a compra e venda de gado e muares e as relações que este sistema tem com a escravidão. É evidente a sua importância para o povoamento e ocupação do espaço, além deste se tornar uma via de ligação comercial e cultural entre as diversas regiões do Império.

Em geral, todas as atividades estavam relacionadas diretamente ou indiretamente ao tropeirismo, pois, avaliando mais cuidadosamente as fontes, dos 205 inventários, todos possuem algum tipo de ligação com a atividade tropeira. Mesmo nos inventários de comerciantes ou de produtores de alimentos existem vestígios desta ligação. O comércio dependia diretamente das vias de acesso que o tropeirismo mantinha abertas. A agricultura de produção de gêneros alimentícios dependia dessa dinâmica para distribuição e venda de sua produção. Enfim, o tropeirismo abria as portas do comércio e da economia para a região dos Campos Gerais.

Ainda utilizando os inventários *post-mortem* é encontrado um grande número de utensílios utilizados em ferrarias, marcenarias e selarias que serviam de apoio aos tropeiros. Também em grande parte dos inventários *post-mortem*, em especial os de pequena monta, são encontrados utensílios relacionados à agricultura, o que indica o cultivo para a sobrevivência das famílias, ou ao comércio e abastecimento interno das vilas e as necessidades dos tropeiros. Provavelmente a venda de produtos agrícolas representava uma importante alternativa econômica para a população menos favorecida dos campos.